A primavera de 1974 em Portugal e Timor na boca dos leões

Vicente Paulino

O grito da liberdade em Portugal e a formação dos partidos políticos

A *'revolução dos cravos'*, ocorrida em Portugal a 25 de Abril de 1974, trouxe consigo um poderoso alento à luta dos povos colonizados pelos portugueses. Os movimentos de libertação nacional aí existentes puderam, com mais liberdade, expressar o seu projecto de emancipação e autodeterminação e reivindicar o direito de se constituírem como novos Estados-nação. À semelhança do que aconteceu nas demais colónias portuguesas, o povo timorense entrou em fase de grande debate ideológico, de fervor nacionalista, sobre a identidade nacional, tendo em vista a constituição de uma nação livre e independente.

Todo o processo de descolonização foi marcado por uma grande tensão social na 'metrópole' e nas 'colónias' (Paulino 2009, 22). Esta situação foi resumida pelo último governador de Timor Português, o major-general Mário Lemos Pires, nos seguintes termos: 'A nação portuguesa que emergiu da revolução era muito fraca, desprovida de coesão, com numerosas dificuldades e sem credibilidade entre os seus antigos aliados [ocidentais]. A nação estava muito preocupada com a sua revolução e tentava ganhar alguma estabilidade política, cuidando dos cidadãos que chegavam de África e firmemente decidida a terminar a guerra nos países africanos. Em 1974, após a revolução, o que pensavam os portugueses de Timor-Leste? Nada, pouca, muito pouca coisa. Os seus pensamentos estavam voltados para a revolução e para os seus familiares nos territórios africanos'[1].

A 'Revolução dos Cravos' em Portugal surgiu, fundamentalmente, para *democratizar* o país com 'o exercício formal da acção do Governo e o futuro exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos, a liberdade de reunião e de associação e a liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma, a criação da nova Lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema, a independência e a dignificação do Poder Judicial'[2]; *desenvolver* o bem-estar da nação portuguesa e *descolonizar* as suas colónias. Foi uma das estratégicas políticas do MFA – Movimento da Forças Armadas Portuguesa[3]. E, na prática, o MFA não conseguiu concretizar o seu último programa de 'descolonizar' as colónias e isso provoca a tensão nos territórios colonizados.

Um mês depois da 'revolução dos cravos', Timor-Leste tinha já reconhecido a existência de três partidos políticos: a *União Democrática Timorenses* (UDT), fundada em 11 de Maio de 1974, e que defendia a autonomia progressiva de Timor-Leste, mantendo os vínculos administrativos com Portugal. Porém, a partir de meados do ano de 1975 começou a inclinar-se a favor da integração na Indonésia. Os seus principais dirigentes foram Francisco Xavier Lopes da Cruz, Mário Viegas Carrascalão, João Carrascalão e Domingos de Oliveira.

A *Associação Social Democrata Timorenses* (ASDT), surgida em 20 de Maio de 1974, sob a orientação de Francisco Xavier do Amaral, Nicolau dos Reis Lobato, José Ramos Horta e Mari Alkatiri. Meses mais tarde, a 11 de Setembro de 1974, a ASDT transforma-se na *Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente* (FRETILIN). Sempre defendeu a independência total do povo timorense, contando com o apoio popular.

No primeiro programa político, surgido em 1974, a FRETILIN, definiu os seguintes objectivos: esclarecer aos seus apoiantes sobre as razões por que tinham fracassado as lutas dos seus antepassados

---

[1] Ver Lemos Pires, depoimento em vídeo apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003. Apud in documento CAVR.

[2] http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07 (consulta a 27/11/2015)

[3] O Movimento das Forças Armadas (MFA) era composto por capitães que tinham participado na Guerra Colonial e que tiveram o apoio de oficiais milicianos. Este movimento surgiu por volta de 1973, baseando-se inicialmente em reivindicações corporativistas como a luta pelo prestígio das forças armadas e acabando por atingir o regime político em vigor. Com reduzido poderio militar e com uma adesão em massa da população ao movimento, a resistência do regime foi praticamente inexistente e infrutífera, registando-se apenas 4 civis mortos e 45 feridos em Lisboa pelas balas da DGS.

pela libertação e reconhecimento da identidade nacional de Timor; consolidar uma ideologia progressista para o desenvolvimento de Timor, sem distinção étnica, de credo religioso, de tendência política, de sexo ou de categoria social; reorganizar as forças necessárias para a defesa do território, de molde a consolidar a sua soberania como Estado-nação; por último, propunha-se ensinar as populações das aldeias a ler e escrever em tétum, a estabelecer um sistema agrícola cooperativo e promover a identidade da cultura local. Tais objectivos são provas irrefutáveis da desejada independência pelos timorenses, desde cinco séculos de dominação colonial.

A *Associação Popular Democrática Timorense* (APODETI), conhecida originalmente por *União dos Povos Timorenses* (UPT) e, posteriormente por *Associação para a Integração de Timor na Indonésia* (AITI), foi criada em 27 de Maio de 1974[4] com apoio explícito das autoridades indonésias e afirmando-se, por isso, o apoio da integração de Timor-Leste na Indonésia. Ou seja, segundo investigador Moisés Silva Fernandes os principais apoiantes deste partido político foram maioritariamente da comunidade árabe de Díli, contando também com alguns timorenses envolvidos na revolta de 1959 e a *União da República de Timor* (URT), o primeiro movimento nacionalista islâmico-malaio timorense, fundado em 2 de Novembro de 1960 (Fernandes, 2005, 365 e 417).

Após a criação de três grandes partidos políticos, José Martins fundou *Associação dos Filhos de Guerreiros Timorenses* (Klibur Oan Timor Assuwain – KOTA), em 20 de Novembro de 1974 (Jolliffe, 1978, 67). José Martins foi protagonista da propaganda política em prol da ocupação Indonésia, tendo um colaborador fiel dos serviços secretos indonésios (BAKIN) em 1975. Em Setembro de 1974, havia fundado outro político denominado *Partido Trabalhista*, que tinha por objectivo a conquista da independência através de uma fase transitória de federação com Portugal. Foi criado também no mesmo ano, a *Associação Democrática para a Integração de Timor-Leste na Austrália* (ADITLA), propunha a integração na Austrália, mas desapareceu depois de este país rejeitar esta hipótese em Março de 1975 (Dunn, 2003, 62).

Contudo, já em Portugal, iniciou uma política de transferência do poder não planeada por parte do governo português sobre a viragem política da esquerda em Portugal – desde Março de 1974 – sob a influência dos militares mais radicais do MFA, com a intenção de acelerar o processo de descolonização. Tal política de transferência do poder veio inicialmente no tempo da presidência de Spínola, que no caso concreto de Timor-Leste, dava apoio à UDT, e depois com a presidência de Costa Gomes o apoio foi transferido para FRETILIN (Mendes, 2005, 157). Era a mesma política que foi inicialmente implementada em Angola: a UNITA foi protagonizada por luso-angolanos e teve apoio incondicional do poder colonial. Foi esse plano que deu origem a guerra prolongada em Angola.

O apoio dos EUA, Austrália, Inglaterra, Japão, França, Alemanha e Vaticano à Indonésia

A má conduta do processo de descolonização de Timor por parte do governo português, em 1974, permitiu a invasão indonésia ao Território. Contudo, existiram outros factores que contribuíram para a cumplicidade ou indiferença dos aliados da Indonésia e as novas linhas de actuação por parte do poder político português para com as suas colónias após a descolonização. A esta realidade, importa sublinhar que 'para se perceber a situação que se vive em Timor Leste, tem de se ter em conta a cumplicidade ou indiferença por parte dos aliados da Indonésia – os Estados Unidos da América, Austrália, Japão, Europa, entre outros países – desde a época da invasão indonésia, em 1975...', '...o registo histórico sugere que a Indonésia podia não ter invadido Timor-Leste, caso os seus aliados internacionais de maior peso tivessem fornecido avisos atempadamente' (Kohen 1999, 33; cf. Bretes 1989.).

Segundo Barbedo-Magalhães (2007, 27): 'Diversos telegramas de embaixadores ocidentais em Jakarta, e documentos secretos entretanto tornados públicos nos Estados Unidos e na Austrália, confirmam a compreensão de muitos governos ocidentais, depois transformada em efectivo apoio à anexação, quer sob a forma de apoio político ou diplomático ou através do fornecimento das armas à Indonésia'.

[4] Dois dias antes da criação formal da UPT, o diário protestante *Sinar Harapan*, de Jacarta, publicou uma entrevista com José Fernando Osório Soares, um dos mais categorizados funcionários timorenses da administração portuguesa e um dos principais defensores da integração do Timor Português na Indonésia.

O documento secreto publicado pela Agência *National Security Archive* da Universidade George Washington, o governo dos Estados Unidos da América deu luz verde para a Indonésia invadisse o território de Timor-Leste, que resultou na morte de cerca de 200.000 timorenses[5]. Um documento secreto dos EUA datada de 5 de Julho 1975[6], que relatava por menor sobre o registo de uma discussão entre o presidente Ford e Suharto realizada em Camp David – EUA. Resultado desta discussão, Suharto declarou que não havia uma solução alternativa se não à incorporação do território de Timor-Leste a Indonésia, pois dizia ele que um Timor-Leste independente não era viável para a estabilidade geopolítica da região.

O documento secreto datada de 12 de Agosto de 1975[7], questionava a discussão realizada por Kissinger com alguns quadros superiores dos EUA, acerca do golpe que tinha acontecido no terreno de Timor-Leste, mas não encontrava uma opinião certa sobre quem tinha tomado controlo, se a UDT pró-Portugal, se a Fretilin pró-independência. A este facto, comentou Kissinger nestes termos: 'é bastante claro que os indonésios estão indo para retomar a ilha mais cedo ou mais tarde'. Em 6 de Dezembro, o presidente Suharto recebeu o presidente Ford e o secretário de Estado Kissinger no seu palácio presidencial, tomou uma discussão de alta intensidade para traçar o plano completo da invasão. Nesse encontro, Suharto afirmava que 'queremos o vosso entendimento, se considera necessário tomar medidas rápidas e drásticas', Ford por seu turno, 'vamos entender e você não vai imprensa a esclarecer sobre o assunto. Nós entendemos os problemas que têm e as vossas intenções e preocupações'. Kissinger retoma a sua conversa em seguinte fórmulas, 'se você quer usar as armas dos EUA, poderia criar problemas [...] mas depende de como vamos interpretar isso, se é em defesa própria ou é (mesmo) uma unidade operacional estrangeira. É importante que você faça com rapidez. Nós não seremos capazes de influenciar a reacção na América se no caso isso acontece'.

Contudo, a forte presença colonial e militar dos europeus e dos americanos no mundo durante os séculos XIX e XX suscitou a emergência de uma consciência política tributária do comunismo e do nacionalismo dos povos colonizados. Para a manutenção da sua política de dominação capitalista, alguns países europeus em cooperação com os Estados Unidos da América lançaram o debate sobre a preservação da tradição ocidental nos seus territórios colonizados, e pela tal razão, o Japão no seu expansionismo anti-europeu que durante Segunda Guerra Mundial (1942-1945) quase ocupou todo o território asiático, dando força ao povo asiático para formar o seu sentimento de orgulho e à convicção de que poderia libertar-se no jugo colonial.

Devido ao apoio dado pelos Estados Unidos à Indonésia, recordo precisamente a crítica mais severa do intelectual americano Noam Chomsky que merece ser reflectido pelos americanos. Dizendo que:

> Não restam muitas dúvidas de que o governo dos Estados Unidos sabia que estava iminente a invasão indonésia em 1975. Mas continuou a fornecer o material de suporte pedido pelas forças militares indonésias, 90 por cento armadas pelos Estados Unidos, ao tempo da invasão. Contrariamente ao que foi falsamente afirmado pelo governo nas audiências do Congresso, novas ofertas de armas foram feitas imediatamente após a invasão. A partir de então, os fornecimentos de armas foram ininterruptos, incluindo helicópteros de ataque e outro equipamento requisitado para „varrer da face da terra centenas de povoações, destruir colheitas e encurralar o resto da população em centros de internamento. Desde a invasão Indonésia, os Estados Unidos concederam à Indonésia empréstimos superiores a 178 milhões de dólares, só em armamento. Esta ajuda foi decisiva, permitindo a tropa indonésia levar a efeito a brutal escalada de 1977, quando se encontrava desfalcado de material (*apud* Duarte 1981, 73-74).

---

[5] A este respeito, o governo indonésio cedeu o visto de passagem dos submarinos nucleares americanos no estreito das águas profundas no norte de Timor.

[6] O documento secreto sobre o registo de uma discussão entre Ford e Suharto. Os documentos de discussão entre Ford, Suharto e Kissinger (na maior parte a memorandos e telegramas) foram encontrados no National Security Archive da George Washington Univers ity através do site www.gwu.edu/~nsarchiv em junho de 2002.

[7] Veja o documento desta discussão secreta entre Kissinger e Suharto, em 12 de Augusto de 1975. Os documentos de discussão entre Ford, Suharto e Kissinger (na maior parte a memorandos e telegramas) foram encontrados no National Security Archive da George Washington University através do site www.gwu.edu/~nsarchiv em junho de 2002.

Foi em 17 de Julho de 1974, o ministro dos negócios estrangeiros da Indonésia, Adam Malik declarou que 'Timor tem direito à independência e a Indonésia não tem pretensões territoriais sobre nenhum território tal como estipulado na sua Constituição e tentará ter uma boa relação com um Timor independente'. O jornal diário Berita Yudha, na sua edição de 28 de Agosto de 1974, publicava outra afirmação do tal ministro que considerava 'o direito à autodeterminação não pode ser separado de uma estratégia global'.

No plano político-estratégico, esta última declaração de Adam Malik foi mais considerada pelos analistas de relações internacionais indonésios porque, a independência de Timor poderia trazer a instabilidade política e a insegurança da região asiática e da Austrália, bem como uma ameaça directa para integridade nacional da República Indonésia.

Mais especificamente, a percepção que a Indonésia tem em 1974-1975 sobre o território do Timor Português, era o profundo receio de que a União Soviética ou a República Popular da China – esta última foi considerada como suporte principal da FRETILIN – pudessem estabelecer uma rede política e militar no território timorense, contando com o apoio da comunidade chinesa de Timor que tem ligação com o regime comunista chinês, ou com movimentos comunistas indonésios (PKI). Se existissem alguns membros do PKI em Timor, esses mesmos membros eram sem dúvida representantes dos agentes secretos indonésios, e não propriamente do PKI que o regime indonésio referia.

Estes receios da Indonésia eram uma propaganda política que viria exagerar os verdadeiros factos, pois tinha sabido de que o regime de Moscovo e de Pequim estava enfrentar uma crise de liderança política muito complexa no seu território. Perante esta situação, o regime indonésio aproveitou lançar a sua campanha política insustentável contra a liderança de FRETILIN, acusando-a como autor da instabilidade política e segurança da região.

A Austrália, por seu turno, através a voz do seu Primeiro-Ministro Gough Whitlam fez um gesto solidário ao favor da Indonésia, considerando a integração de Timor na República da Indonésia é melhor opção para todos os timorenses, declarando ainda que esta opção tem maior importância para a estabilidade geopolítica na região[8]. Na sua entrevista concedida à televisão australiana, criticou o comportamento de Portugal e considerou-o como 'não ser capaz resolver' o processo de descolonização de Timor como deve ser. Segundo ele, o 'Timor-Oriental era uma colónia portuguesa e Portugal devia aceitar a sua responsabilidade, em vez de afastar-se e alijar a carga' (Abreu, 1997, 76).

Nesta acepção, pode afirmar-se que a intenção do governo australiano sobre o território timorense: por um lado, a Austrália tem o seu interesse nos recursos naturais timorenses, principalmente, o petróleo no mar de Timor. Devido a este facto, o embaixador australiano na Indonésia, Richard Wolcoot, na sua nota oficial esclarece ao seu Ministro dos Recursos Naturais: 'o seu contencioso pendente sobre a fronteira marítima poderia ser negociado mais facilmente com a Indonésia do que com Portugal ou com Timor Leste independente. Eu sei que estou a recomendar uma atitude pragmática, mais do que uma posição de princípios - mas é disso que se trata em matéria de interesse nacional e de política externa'; por outro lado, Portugal não reagiu de imediato às críticas do governo da Austrália, pois sentiu-se culpado porque o Ministro Interterritorial Almeida Santos já declarou que 'a independência total de Timor era de um irrealismo atroz' (Abreu, 1997, 42).

Em Julho de 1975, quando os indonésios estavam nas fases iniciais da Operação Komodo, o embaixador britânico na Indonésia, Sir John Archibald Ford, informou o Ministério das Relações Exteriores, que o povo do Timor português não tem condições para exercer seu direito à autodeterminação, 'mesmo sem qualquer intervenção soviética ou chinesa, esse território pode transformar-se na 'criança problemática' [para a região asiática] (…) O interesse da Grã-Bretanha vai no sentido de que a Indonésia integre esse território (…) Se houver uma crise e um debate na ONU, baixaremos a cabeça olhando para o chão e evitaremos tomar qualquer posição contra a Indonésia' (Walsh & Munster, 1980, 192-193). Na Assembleia Geral da ONU, a Inglaterra absteve sempre o seu voto em todas as oito votações sobre a questão de Timor Leste e continua a vender armas à Indonésia.

[8] Em 29 de Dezembro de 1975, o governo trabalhista australiano, decidiu declarar que 'não reconheceria a declaração unilateral de independência da Fretilin, por anti-democrático e imposta ao povo pelas armas' (Abreu, 1997:89).

O Japão era um país asiático que manteve sempre o seu bom relacionamento com o governo indonésio e se preocupava mais com a estabilidade da região, do que com as questões de descolonização e direitos humanos como a de Timor-Leste. Em 1975, o Japão era classificado como segundo maior investidor na Indonésia. O Japão confirmou sempre o seu votou 'não' às resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas que obrigavam a Indonésia a retirar-se os seus militares, porque tem interesse no fornecimento de petróleo e gás natural e da aceitação de investimentos directos na Indonésia, além disso a Indonésia e o Japão têm grandes influências políticas e económica no sudeste asiático e na Ásia em geral.

Cinco meses depois da sua invasão, o governo canadiano através à voz do seu primeiro-ministro Pierre Trudeau, aprovou o seu apoio ao governo da Indonésia liderado por presidente Suharto, no âmbito de aprofundar os laços de cooperação que incluía à perspectiva e desenvolvimento no Timor Português. Nas resoluções da Assembleia Geral da ONU, o representante do Canadá não deu o seu voto nas cinco primeiras resoluções e votou 'não' nas três últimas resoluções. Canadá era um país fornecedor directo das armas ou pela via companhias Americanas que revenderam para a Indonésia, e o facto nos mostrava que essas armas foram usadas na operação militar em Timor-Leste.

O apoio à Indonésia foi confirmado também pelo próprio Estado do Vaticano que naquela altura considerava sempre a República da Indonésia como um país de tolerância religiosa e interessava a estabelecer boas relações com aquele país maioritariamente muçulmano. O apoio do Vaticano à indonésia não era dirigido directamente aos assuntos de Timor-Leste, mas um apoio dado no sentido de respeito e de tolerância religiosa. Em 1989, as cartas escritas pelos bispos católicos da Europa, da África e da América ao Secretário-Geral da ONU, manifestando o total apoio à proposta do Bispo Apostólico de Díli, D. Carlos Ximenes Belo sobre a realização de um referendo em Timor Leste. Mas o desejo desses bispos não foi bem visto, por isso as cartas foram retidas por ordem do Secretário de Estado do Vaticano, Cardeal Agostino Casarolli, e nunca foram entregues às Nações Unidas (Magalhães 1999).

Referências

Abreu, Paradela de 1997, *Timor: a verdade histórica*, Luso-Dinastia, Lisboa.

Barbedo-Magalhães, António 2007, Timor-Leste – Interesses internacionais e actores locais, vol. 3, Porto: Afrontamento.

Cinatti, Ruy 1996, Paisagens Timorenses com Vultos, Relógio d´Água Editores, Lisboa.

Dunn, James 2003, *East Timor: a rough passage to independence*, Longueville, Double Bay NSW.

Duarte, Jorge Barros 1981, *Ainda Timor*, Gatimor, Lisboa.

Fernandes, Moisés Silva 2005, 'A *União da República de Timor*: o atrófico movimento nacionalista islâmico-malaio timorense, 1960-1975', in Guedes, Armando Marques and Nuno Canas Mendes (eds) *Ensaios Sobre Nacionalismos em Timor-Leste*, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, pp. 355-431.

Bretes, Maria da Graça 1989, *Timor – Entre Invasores, 1941-1945*, Livros Horizonte, Lisboa.

Jollife, Jill 1978, *East Timor: nationalism and colonialism*, University of Queensland Press, St. Lucia..

Kohen, Arnold 1999, *From the place of the dead: Bishop Belo and the struggle for East Timor*, Lion Books.

Mendes, Nuno Canas 2005, *A multidimensionalidade da construção identitária em Timor-Leste*, ISCSP-UTL, Lisboa.

Paulino, Vicente 2009, Identidade e representação: uma abordagem da cultura timorense. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Lisboa: FCSH-UNL.

Walsh, J.R. and Munster, G.J. 1980, Documents on Australian Defence and Foreign Policy 1968-1975, HongKong, pp. 192-193.